

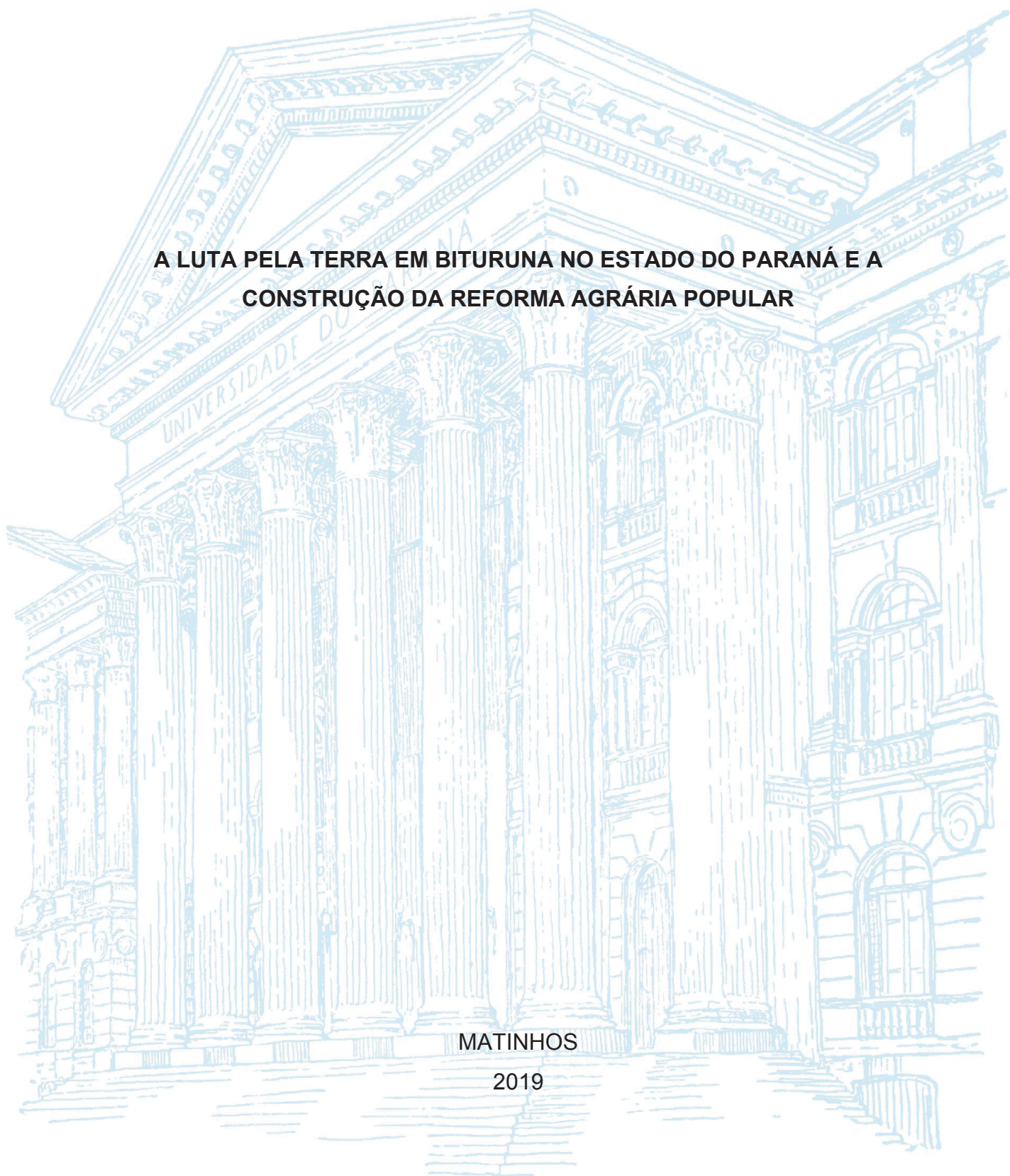
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEANE APARECIDA SOARES DA SILVA

**A LUTA PELA TERRA EM BITURUNA NO ESTADO DO PARANÁ E A
CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

MATINHOS

2019



JEANE APARECIDA SOARES DA SILVA

**A LUTA PELA TERRA EM BITURUNA NO ESTADO DO PARANÁ E A
CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão como requisito parcial à conclusão Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira através dos seus pensadores, de Matinhos, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Maria Isabel Farias

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **JEANE APARECIDA SOARES DA SILVA** intitulada: **A luta pela terra em Bituruna no estado do Paraná e a construção da Reforma Agrária Popular**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 07 de Dezembro de 2019.

Maria Isabel Farias
 MARIA ISABEL FARIAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

marina Comerlatto da Rosa
 MARINA COMERLATTO DA ROSA

Avaliador Interno

Maria Isabel Farias
 SANDRA CRISTINA LINS DOS SANTOS (Por parecer)
 Avaliador Interno

A luta pela terra em Bituruna no estado do Paraná e a construção da Reforma Agrária Popular

Jeane Aparecida Soares da Silva

RESUMO

Objetiva-se contextualizar a luta pela terra em Bituruna frente o processo de construção da Reforma Agrária Popular, contextualizando a luta dos trabalhadores (as) rurais Sem Terra na luta pela terra em Bituruna, analisando o processo de construção da cooperativa e as ações educativas desenvolvidas na mesma e discutindo as suas potencialidades. Metodologicamente assume o estudo bibliográfico e documental, além de trabalho de campo, aplicação de questionário e diálogos informais com assentados (as). Apresentam-se no texto as seguintes discussões sobre a luta pela terra no Brasil e em Bituruna no estado do Paraná, a importância da cooperação e do cooperativismo para a Reforma Agrária Popular, a qual neste contexto específico, se expressa através da CooperContestado. Constatou-se que muito se avançou no processo de consolidação dos direitos do trabalhador (a) Sem Terra desde as primeiras ocupações na década de 1980, contudo existem desafios na atualidade que exigem dos assentados (as) maior organicidade e envolvimento, principalmente no que se refere a questão produtiva e de comercialização vinculada a cooperativa.

Palavras-chave: MST. Luta pela terra. Reforma Agrária Popular. Produção. Cooperativa.

RESUMEN

El objetivo es contextualizar la lucha por la tierra en Bituruna contra el proceso de construcción de la Reforma Agraria Popular, contextualizando la lucha de los trabajadores rurales sin tierra en la lucha por la tierra en Bituruna, analizando el proceso de construcción de la cooperativa y las acciones educativas desarrolladas. y discutiendo sus potencialidades. Metodológicamente asume el estudio bibliográfico y documental, además del trabajo de campo, aplicación de cuestionarios y diálogos informales con colonos. Las siguientes discusiones sobre la lucha por la tierra en Brasil y Bituruna en el estado de Paraná se presentan en el texto, la importancia de la cooperación y el cooperativismo para la Reforma Agraria Popular, que en este contexto específico, se expresa a través de CooperContested. Se ha avanzado mucho en el proceso de consolidación de los derechos del trabajador sin tierra desde las primeras ocupaciones en la década de 1980, pero hoy existen desafíos que requieren que los colonos sean más orgánicos e involucrados, especialmente en lo que respecta a se refiere al tema productivo y de marketing vinculado a la cooperativa.

Palabras clave: MST. Lucha por la tierra. Reforma Agraria Popular. Producción. Cooperativa

1 INTRODUÇÃO

As discussões realizadas nesta pesquisa sobre a luta pela terra na região sul do Paraná, mais especificamente, no município de Bituruna, ressalta os marcos de resistência e importância da organização na construção da Reforma Agrária Popular. A pesquisa busca contribuir para a discussão do processo, já em desenvolvimento, na área da produção e comercialização que se configura no processo de luta pela terra. Considera, para tal, a importância do trabalho de cooperação já desenvolvido com as famílias Sem Terra e os sujeitos inseridos (direção e núcleo gestor da cooperativa) nesse processo com trabalho permanente vinculado a prática cotidiana.

Assim, propõe como objetivo geral da pesquisa, contextualizar a luta pela terra em Bituruna frente o processo de construção da Reforma Agrária Popular e específicos: a) contextualizar a luta dos trabalhadores (as) rurais Sem Terra na luta pela terra no município de Bituruna; b) analisar o processo de construção da cooperativa e as ações educativas desenvolvidas na mesma; c) discutir as potencialidades.

Enquanto procedimentos metodológicos, defini o estudo bibliográfico com aporte em autores (as) que refletem temas afins desta pesquisa, como luta pela terra, reforma agrária, cooperativismo e estudo documental com acesso ao regimento, atas de reuniões, estatuto da cooperativa. Também foi realizado trabalho de campo, que “[...] permite a aproximação do pesquisador com a realidade [...] constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social.” (MINAYO 2012, p.61). Como técnica de levantamento de informações utilizou do uso de questionário junto aos sujeitos vinculados a luta pela terra em Bituruna. Após este levantamento, buscou a codificação dos sujeitos para preservar a identidade dos mesmos. Destaca que na construção deste trabalho, realizou diversos diálogos informais com moradores (as) dos assentamentos, da região. Importante ressaltar que além ser a pesquisadora deste trabalho, também é sujeito militante do Movimento e moradora de um dos assentamentos da região, o que de alguma forma me vincula profundamente com as histórias, memórias e lutas deste território.

Para tanto, buscou na primeira parte do trabalho uma breve contextualização do processo de luta pela terra na região de Bituruna no estado do Paraná, a qual

não está dissociada do processo produtivo, buscando compreender melhor em que contexto se situa a cooperativa e como se dá a discussão da produção e comercialização junto aos cooperados. Visto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua origem já compreendeu que vinculado ao processo de luta e conquista da terra, está também a busca e necessidade de lutar para garantir outros direitos essenciais para o desenvolvimento e avanço na conquista de seus camponeses.

Na sequência apresenta discussões voltadas ao tema da cooperação, gestão e produção nas cooperativas do MST. Estas que podem colaborar no avanço coletivo e no fortalecimento das ações educativas desenvolvidas junto aos assentados através de diversas atividades formativas, pois as cooperativas talvez seja para muitos agricultores (as) o primeiro contato com um processo coletivo mais organizado, pensando formação e produção como espaços indissociáveis para seu desenvolvimento econômico, social e humano.

Evidencia que pensar processos referentes a cooperativas, vinculadas à luta pela Reforma Agrária Popular, implica pensar um novo modelo de produção no campo, contudo há que se organizar diante do modelo de produção capitalista que atualmente existe. Por não ser tarefa fácil e estarmos sendo ousados ao tentar construir uma nova forma de produção e de organização do trabalho, por meio da produção, sem dúvidas os limites e dificuldades da prática cotidiana são decorrentes. É necessário ser estratégico para nossa luta diante da atual conjuntura, a qual exige avanços na organização dos (as) trabalhadores (as), daí o sentido de produzir de forma que garanta a sustentabilidade, pensando a cooperação tornando-se um ato extraordinário de resistência dos (as) camponeses (as) no campo.

Por fim, nas considerações finais, reflete o quanto a pesquisa aponta para questões significativas do processo de luta pela terra no município de Bituruna, como o grande potencial das famílias no tocante à produção e comercialização, bem como indica desafios a serem superados coletivamente em relação à cooperação e o cooperativismo na construção da Reforma Agrária Popular.

Dai a importância da pesquisa para o avanço da luta e atuação prática. Sobretudo para os trabalhadores os quais tiveram o conhecimento negado historicamente pelo sistema que domina e detém o poder. Para os movimentos e organizações ter acesso ao conhecimento e poder ter suas pesquisas feitas pelos

sujeitos do processo e para eles é fundamental para o avanço da luta que também se dá no campo do conhecimento.

2 MST: A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA EM BITURUNA-PR.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sua gestação/articulação em um período turbulento, de grande violência e ofensiva aos trabalhadores do campo e da cidade, onde se forjava pela conjuntura política do país dos anos 1960 a 1980, greves operárias, campanha pela Anistia, movimentos sociais urbanos, Diretas Já entre outros. Ressalta o papel das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), movimento vinculado a Igreja Católica, que contribuiu na organização dos camponeses e trabalhadores Sem Terra no início da década de 70, bem como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também foi um importante instrumento de organização dos trabalhadores neste momento histórico. Com a luta pelo fim da Ditadura Civil e Militar estes movimentos e suas pautas de luta articulados, possibilitaram também a retomada da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, conforme afirmam Stedile e Fernandes (2012, p.24):

Trata-se da situação política, do processo de democratização do país. Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela Reforma Agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade.

Os sujeitos desse processo foram os camponeses, posseiros, meeiros, atingidos por barragens, trabalhadores sem terra que não podiam viver e produzir no campo pelo avanço do latifúndio visto sua concentração e monopolização da terra. Sendo essa uma das principais características da sociedade brasileira (latifúndio), a partir desta contradição é que em 1984, um movimento social autônomo, de caráter sindical, que se organiza com três objetivos: Lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por Transformação Social (MORISSAWA, 2001).

Partindo deste breve contexto histórico dos acúmulos de lutas organizadas que nos antecederam, criadas diante das contradições inerentes a essa sociedade,

que em janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, estado do Paraná. Este evento demarca o ponto de partida da construção do movimento, onde estiveram presentes em torno de 80 trabalhadores (as) que estavam envolvidos nos processos de luta pela terra em diversos estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Rondônia, Acre, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará além, de representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e Pastoral Operária de São Paulo. Após este primeiro evento de caráter nacional, foram organizados outros encontros que buscavam fortalecer o movimento, buscando unidade na luta pelos direitos dos trabalhadores (as) Sem Terra, conforme quadro abaixo.

Este encontro possibilitou que no ano de 1985, acontecesse o 1º Congresso Nacional em Curitiba-PR, com o lema “Sem Terra não há Democracia”, com participação de 1.600 trabalhadores de todo o Brasil.

QUADRO 1 - CONGRESSOS NACIONAIS REALIZADOS PELO MST

Congressos / Lema	Ano	Local
1º - Ocupar é a Única Solução e Terra para quem nela trabalha	1985	Curitiba - PR
2º - Ocupar, Resistir, Produzir	1990	Brasília - DF
3º - Reforma Agrária, uma luta de todos	1995	Brasília - DF
4º - Por um Brasil sem Latifúndio	2000	Brasília - DF
5º - Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular	2007	Brasília - DF
6º - Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!	2014	Brasília - DF

FONTE: Pesquisa da autora (2019).

Assim, como no surgimento do MST no âmbito nacional, o seu processo de luta e construção no município e na região de Bituruna-PR não se difere do contexto nacional, ou seja, se deu no bojo das lutas e ocupações de terras que já estavam acontecendo em todo estado do Paraná e país a fora.

2.1 LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE BITURUNA-PR¹

O município tem área territorial de 1.231,883 km², localiza-se ao sul do estado do Paraná, faz divisa ao norte com os municípios de Pinhão e Cruz Machado, a leste com União da Vitória e Porto Vitória, ao sul com General Carneiro e Palmas e por fim a oeste com o município de Coronel Domingos Soares, conforme FIGURA 1. A população estimada para 2019 é de 16.389 mil habitantes, contudo conforme último censo de 2010, a população é de 15.880 mil habitantes com densidade demográfica de 13,07 hab/ km², destes 9.899 mil moram da zona urbana e 5.981 da zona rural (IPARDES, 2019).

FIGURA 1 – MUNICÍPIO DE BITURUNA - PR



FONTE: <http://www.viajeparana.com/Bituruna> (2019).

A história de Bituruna-PR vincula-se aos dados históricos do município de Palmas-PR, considerando o seu desmembramento e instalação enquanto município

¹ Etimologia. Bituruna Vem do tupi “bitur” (ybityr ou ybytyra)... monte, montanha + “una”... negro, preto: monte negro, ou a corruptela de “ytytu”... o vento, a nuvem + “una”... escuro, negro: a nuvem escura. (OB, TS). Ainda “ibi”... terra + “te”... alta + “una”... negra: serra negra. (FERREIRA, J.C. V, 2006, p.50)

no ano de 1955. Porém, antes do processo de colonização da região, viviam neste território povos indígenas.

Por volta de 1814, uma expedição rumo ao Rio Grande do Sul, comandada por Atanagildo Pinto Martins e guiada pelo cacique Jon Jong, atravessou os campos dos "Ibiturunas", referindo-se à região habitada por este grupo indígena e que corresponde à região dos Campos de Palmas. [...] Segundo Kruger, a travessia pela região expunha os expedicionários aos combates com os indígenas. Em 1816 a missão retornara, porém o cacique Jon Jong, e mais seis companheiros desapareciam para sempre, vítimas de emboscada dos temidos "Ibiturunas". Estavam oficialmente descobertos os campos dos "Ibiturunas", que mais tarde foram denominados Campos de Palmas, em homenagem ao Conde de Palma, então governador de São Paulo. A fazenda Santa Bárbara que deu origem ao município de Bituruna, pertencia a esta região. (BITURUNA, 2019, não paginado).

Como em toda história do Brasil, há que prever que, posteriormente, com a chegada dos primeiros colonizadores na região, na sua maioria de imigrantes e italianos e seus descendentes, houve um processo de expulsão dos povos originários que viviam nas terras onde se localiza o município de Bituruna. Segundo relatos e documentos da época, os primeiros colonizadores vinham em busca da promessa de riquezas naturais, como erva-mate e madeiras nativas de grande valor econômico.

Com o passar do tempo, vieram outros grupos étnicos: poloneses, alemães, descendentes de africanos, muitos já miscigenados com outras etnias. Atualmente é difícil calcular quantas etnias tem no município, pois a busca por melhores condições no mundo atual atrai constantemente mais famílias para os lugares. O certo é que esta mistura revela a formação do povo brasileiro e dela a herança das tradições e hábitos alimentares e culturais que se expressão por meio da cultura existente no Brasil.

Isso também se expressa na composição e formação das famílias sem terra que são oriundas de diversas regiões do estado do PARANA e de outros, estas que assim como os imigrantes se inserem na luta por busca de condições melhores de vida e dignidade da família, assim se configura o MST no país e em Bituruna, conforme será destacado nos parágrafos a baixo.

No ano de 1984 no município de Bituruna, aconteceram missões religiosas vinculadas à Igreja Católica organizada pela diocese de União da Vitória. Estes missionários fomentaram junto à população do campo o debate sobre a Reforma Agrária, porém, para que pudesse acontecer alguma entidade haveria que apoiar.

Foi então que se inicia um trabalho que perdura por dois anos de organização dos trabalhadores rurais no município e no ano de 1986, funda-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com mais de 150 associados.

Após a fundação do sindicato se avança cada vez mais no trabalho para organização das famílias e o debate pela Reforma Agrária, conforme relato de um sujeito participante da pesquisa.

Em 1987, iniciado o trabalho de base para fazer a primeira ocupação de terra no município, foram realizadas várias reuniões, na época tinha que ser escondidas, pois, quem falava no assunto era perseguido pelos pistoleiros contratados pelos fazendeiros ou então, preso pela polícia por formação de quadrilha. (Trabalhador 1, 2019).

No início do mês de agosto de 1987, foram reunidas 150 famílias boas frias, agricultores arrendatários, ou seja, trabalhadores(as) que não tinham terra, para realizarem a ocupação da fazenda J.Bettega, a qual possuía uma área de 4 mil hectares de terra, com reflorestamento de pinus e eucalipto, além da exploração de trabalhadores (as) da região. Que tinham sua mão de obra explorada por uma remuneração baixa e sem garantias de seus direitos como trabalhadores.

Como as famílias ocuparam a área na madrugada de uma quinta-feira para sexta-feira, ainda no sábado ocorreu o despejo autorizado pelo então prefeito na época. O despejo se deu com muita violência, muitas pessoas pressas, muitos feridos e o restante foi levado para o pátio da delegacia onde foram liberados depois de um tempo de muita humilhação, conforme se pode perceber na descrição do informativo Aconteceu de 1988,

[..] a Santo Antônio do Irati, em Bituruna, foi ocupada por cerca de 300 pessoas, retiradas no sábado pela Polícia Militar. Os dirigentes do movimento criticaram a violência da ação policial em Bituruna, que deixou muitas pessoas feridas - entre elas o presidente do Sindicato Rural do município, [...], que sofreu ferimentos generalizados na cabeça, no rosto e nos ombros. A Comissão de Terra da Assembleia Legislativa já solicitou exames médicos no Instituto Médico Legal para todos os agricultores que foram detidos, para fundamentar uma possível ação contra a Polícia Militar. (SEM Terra..., 1988, p.5)

Tendo havido o despejo, as famílias decidem permanecer organizadas e acampar ao lado da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bituruna até conseguirem realizar uma nova ocupação.

À luta continuou, em 1988 durante o tempo que ficamos na sede do sindicato, fundamos o Partido dos Trabalhadores (PT) e concorremos nas eleições com um candidato a prefeito e a vereador, não conseguimos eleger nem um, mas já foi um começo e um grande avanço no projeto que queríamos. (Trabalhador 2, 2019).

Após, dez meses acampadas na sede do sindicato várias famílias desistiram, então novamente tiveram que retomar o trabalho de base para somar forças ao grupo para nova ocupação em outra fazenda, a Rondon, onde atualmente é o Assentamento Rondon III e Etiene, dessa maneira o grupo de famílias foi dividido em duas ocupações.

Neste momento a organização do MST estava ficando cada vez mais forte e organizada, demonstrando a capacidade de organização dos trabalhadores (as) e deste movimento. Assim, seguiu-se ocupando os latifúndios em Bituruna-PR fazendo deste espaço um território ocupado e usado pelas famílias que sonham em construir sua dignidade e trabalhar a terra antes improdutiva². O violento despejo deixando as famílias desabrigadas e sem destino, porém, cheios de esperança e com força para lutar cerca de 10 anos depois, em 1997 houve a ocupação novamente da fazenda, que deu a origem ao assentamento 12 de abril.

Todavia, após a ocupação e um intenso processo de luta pela terra, nesta região tem-se atualmente o Assentamento 12 de Abril, com número significativo de famílias, conforme descreve Tabela 1, com uma produção diversificada, ou seja, área onde antes apenas um dono mantinha o controle, hoje abriga e sustenta diversas famílias Sem Terra. Porém, não foi um processo fácil, exigiu muita organização e unidade dos acampados, “não foi fácil, sofremos muita pressão por parte dos fazendeiros, da polícia e do prefeito [...]” (Trabalhador 1, 2019).

Após anos de luta e resistência, atualmente estão assentadas e produzindo na terra 582 famílias beneficiadas pela Reforma Agrária, estando distribuídas da seguinte maneira:

² Terra improdutiva: onde não esta sendo produzida e cumprindo sua função social.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS EM BITURUNA –PR

ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ANO DA OCUPAÇÃO	ÁREA TOTAL (km ²)
1. Etiene	24	1989	1.053
2. Rondon III	80	1989	4.240
3. 12 de Abril	209	1998	5.822
2 - Criciuminha	25	1998	829
4. Santa Bárbara	47	1998	1.669
5. 27 de Outubro	166	1998	7.260
6. Sonho de Rose	31	2001	852

FONTE: Pesquisa da autora junto aos assentados (2019).

Os dados acima indicam a abrangência territorial do município em relação aos assentamentos, o que demonstra o significativo número de famílias que se beneficiaram da luta pela terra, contra o latifúndio de propriedades privadas e terras improdutivas, dominadas pelos fazendeiros da região.

Assim, o MST tendo acumulado em sua trajetória de luta que, ocupar a terra e conquistar um pedaço de chão é o primeiro passo para a construção da dignidade das famílias Sem Terra, mas somente isto não basta, é preciso seguir lutando por educação, saúde, assistência técnica, lazer, enfim, todos os direitos que o povo brasileiro deve e deveria usufruir, considerando que muitos direitos foram e são negados pelo Estado. O que não é e nem foi diferente no município de Bituruna que após, conquistada a terra, estas lutas seguiram e muitas delas perduram até os dias atuais.

Na continuidade do trabalho destaca-se o processo de produção e comercialização nos assentamentos em Bituruna-PR e a importância da cooperação para o fortalecimento da luta pela terra, na construção da reforma agrária popular.

3 COOPERCONTESTADO: RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A CooperContestado é resultado de um processo histórico de organização camponesa no que se refere à relação produção e comercialização. Antes da sua fundação houve inúmeros debates realizados pelos assentados sobre cooperação em suas diversas formas, levando em consideração que na década de 80 as

famílias já obtiveram suas primeiras experiências de gestão coletiva e trabalho cooperado, ainda que de forma simples e pouco aprofundada.

Portanto, a necessidade da organização da produção e comercialização para o desenvolvimento socioeconômico das famílias fica evidente, resultando, no ano de 1999, na fundação da Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado (ARCAC), com o objetivo de desenvolver a organização da produção e comercialização, além do desenvolvimento sociocultural das famílias trabalhadoras rurais. Conforme descrito no art. 2 dos objetivos da associação:

A associação com base na sua colaboração recíproca tem por objetivo principal a defesa social e econômica de seus associados, sociedade e familiares, realizando ações que visem seu crescimento e desenvolvimento nas áreas de produção agrícola, pecuária, florestal, na industrialização e agroindustrialização, na comercialização, educação, capacitação/formação, meio ambiente e cultura. (ARCAC, 2004, não paginado).

A ARCAC desenvolveu diversos projetos com este intuito junto a diversos órgãos e entidades que teve como principais projetos executados o “Colmeia³” e “Águas em Movimento”, (ambos patrocinados pela Petrobras S.A), que possibilitaram às famílias se estruturarem tanto na unidade produtiva, na área de beneficiamento (agroindústria), como também na adequação ambiental (essencial para uma produção sustentável). Conforme estatuto social:

[...] à associação poderá realizar convênios, termos de ajustes ou similares, com outras substituições, entidades ou pessoas físicas, governamentais ou não, nacionais ou internacionais, para garantir o alcance e execução de seus objetivos, assim como vir atuar de forma conjunta e íntegra com estas. (ARCAC, 2004, não paginado).

Diante deste contexto, inicia-se uma nova fase no debate sobre a cooperação, com ênfase no beneficiamento e comercialização da produção, resultando no início da fundação de uma cooperativa, sendo realizadas diversas atividades formativas sobre cooperativismo, contabilidade e gestão coletiva. É importante ressaltar que este processo de construção e constituição da cooperativa não ocorreu de forma simples e fácil, assim como o processo de luta pela terra na região, esta também foi uma conquista que se deu por meio de muitos esforços e

³ O objetivo do projeto era desenvolver atividades produtivas sustentáveis, adaptadas a realidade ambiental, que gerem rendimento econômico e social as famílias. Com três eixos principais: apicultura, plantas medicinais e fruticultura. Para cada linha ocorriam cursos de capacitação e incentivo à produção. As atividades eram desenvolvidas por núcleo de produção, incentivando assim a cooperação entre as famílias e o planejamento coletivo.

luta dos (as) trabalhadores (as), enfrentando diversas dificuldades de caráter político, econômico e burocrático para que se efetivasse.

Para que se pudesse avançar nessa compreensão inclusive junto ao grupo gestor da cooperativa, necessitou-se de muito trabalho e esforço coletivo para assimilar e levar adiante a ideia, superando os limites e contradições que ainda fazem parte da materialidade atual. A cooperativa se construiu dentro de um território de disputas permanentes internas e externas a ela.

Desta forma mesmo com o grupo organizado e vários passos dado para o avanço da produção, as dificuldades persistem, pois, conquistadas as estruturas físicas da cooperativa, outras tantas demandas surgem no percurso como desafios a serem enfrentados, como descreve Kraychete e Aguiar (2007, p. 20).

No entanto, esse é um desafio significativo, pois como classe trabalhadora não estamos acostumados a lidar com os processos de gestão e organização, surgindo inúmeras problemáticas que se materializam em questões de: a falta de referencial e de capacitação para gestão; o escoamento da produção ou comercialização; falta de recursos, como capital de giro e linhas de crédito; resistência à cultura da cooperação; limitação de tempo para o trabalho de acompanhamento; falta de identidade de grupo; dificuldades com instrumentos de gestão e capacitação de pessoa; o não conhecimento acerca dos processos administrativos-comercial, contábil e produção; dificuldades com marketing, baixo retorno da produção, resistências a implantação de normas e procedimentos; lideranças centralizadoras; tendência à reprodução do modelo de emprego; dificuldade na interação entre objetivos do grupo e os objetivos dos técnicos/assessores.

As questões mencionadas pelos autores se relacionam com o processo de gestão de cooperativas, tarefa esta que não se efetiva de forma simples. A CooperContestado em alguma medida já passou por essas situações em seu processo de produção e organização.

No que se refere a projetos e comercialização a cooperativa em um primeiro momento no início de sua construção em 2008, atendia aos Programas Institucionais de Compra Direta e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA⁴). Em 2015 após participar de um edital de chamada pública, a cooperativa é aceita para fornecer

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma modalidade de compra institucional criada pelo Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. Este programa é definido como instrumento de política pública para compra de produtos da agricultura familiar realizada através de chamada pública para o atendimento de demandas de consumo de alimentos e semente.

alimentos ao Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE)⁵, o qual tem sido operado até os dias atuais.

Mesmo sendo comercializado em feiras e tendo acessado ao PAA, várias dificuldades aparecem no decorrer, como a necessidade de se adequar a legislação para atender as exigências na produção. Assim, é pensada linhas de produção para comercialização e industrialização, visualizando os potenciais dessa produção na região: mel, suco de uva, polpa de frutas. Tendo em vista o potencial e a viabilidade econômica destas na região.

A CooperContestado e sua estrutura da agroindústria, tem sua sede administrativa no município de Bituruna, situado no Assentamento Etiene com abrangência para admissão de associados à região Centro Sul do estado do Paraná. Atualmente são 140 cooperados que tem buscado se reestruturar na sua organicidade e produção, em um trabalho realizado junto ao Setor de Produção do MST, na busca por avanços coletivos que o atual momento demanda.

Existe um quadro de pessoas muito pequeno que tem garantido a gestão e coordenação, tarefa que não tem sido fácil visto ser um espaço novo para alguns da atual diretoria.

O esforço para que os trabalhadores associados se familiarizem com atividades de gestão, de coordenação, ainda que inicialmente nos núcleos sociais, também se justifica pelo acúmulo de tarefas do corpo da direção, da coordenação e dos setores administrativos das cooperativas, que com poucos membros não dão conta de executar totalmente suas tarefas. (MAZIN; NOVAIS; PIRES, 2016, p.88).

No ano de 2019 em assembleia geral, foi eleita a nova diretoria da cooperativa, onde algumas pessoas estão se inserindo e aprendendo a gestionar, a realizar o trabalho junto a outras pessoas na tentativa de ampliar o quadro e dividir tarefas. Esse tem sido um dos desafios da cooperativa no momento, garantir esta divisão de tarefas e avanço do grupo gestor, além de pensar a produção e comercialização.

⁵A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor dos recursos financeiros repassados a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE devem ser utilizados em aquisições de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou suas organizações (cooperativas e associações), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão buscou contextualizar o processo de luta pela terra no Brasil e em Bituruna junto à construção da Reforma Agrária Popular, pautando a produção e a cooperação aspectos importantes deste processo. Para tal realizou uma pesquisa com estudo bibliográfico, questionários e diálogos informais junto aos sujeitos participantes da pesquisa.

Tentou-se evidenciar como se deu este processo no município, buscando apontar quais os limites e potencialidades que houve no decorrer desta construção. Vale ressaltar que são alguns apontamentos que carecem de um tempo maior de aprofundamento das questões abordadas.

A pesquisa aponta para questões significativas do processo de luta pela terra no município até chegar à consolidação do Movimento Sem Terra e suas conquistas. Há um grande potencial das famílias no tocante a produção, porém, ainda falta maior clareza para que se compreenda a cooperação e o cooperativismo como algo mais amplo que pensar somente o aspecto econômico do processo produtivo.

Outro elemento de potencialidade é o debate sobre a agroecologia e certificação, algo presente junto às reflexões do grupo (Renascer Ecológico), que vem assumido este debate, junto a alguns membros do grupo que tem assumido tarefas de gestão da cooperativa.

Estas preocupações e debates têm apontando caminhos para a construção da Reforma Agrária Popular, pois este é um tema importante para o avanço da luta pela terra, que exige discutir um novo modelo de produção para a sociedade existente. Os resultados deste estudo sugerem a ampliação do grupo gestor da cooperativa para melhor divisão de tarefas e potencialização do trabalho realizado, bem como o fortalecimento da organicidade junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ressalta que, diante da atual conjuntura, onde o avanço da extrema direita no país e na América Latina está muito presente, exige-se dos movimentos e organizações populares e sociais, repensar as estratégias de resistência e luta. Para tal, se faz necessário a organicidade do povo para os enfrentamentos necessários nas mais diversas frentes de atuação.

Ocupar os espaços e fazer deles trincheiras de resistência. Reafirma que se faz muito presente, na atualidade, o lema do 2º Congresso do MST: “Ocupar, resistir e produzir para assim construir a Reforma Agrária Popular”.

REFERÊNCIAS

ARCAC. **Estatuto da Associação Regional de Cooperação Agrícola**. Curitiba, 2004.

BITURUNA. **Aspectos históricos**. Disponível em: <http://www.bituruna.pr.gov.br/historia> . Acesso em: 28 nov. 2019.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Bituruna**. Curitiba: IPARDES, 2019.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (Orgs). **Economia dos setores populares sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

MANZIN, Ângelo Diogo; NOVAIS, Henrique; PIRES João Henrique. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SEM Terra ocupam mais duas fazendas. **Aconteceu**. Curitiba, agosto 1988, nº.466

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2012.